



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA  
PARAÍBACAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE  
EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL  
NAPERPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**WANDRA LAURENTINO DA SILVA  
PINHEIRO**

**O ENSINO DE ARTES COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2024**

WANDRA LAURENTINO DA SILVA  
PINHEIRO

**O ENSINO DE ARTES COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

**Área de concentração:** Educação

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mônica da Silva Gonçalves

**CAMPINA GRANDE – PB  
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P654e Pinheiro, Wandra Laurentino da Silva.

O ensino de artes [manuscrito] : como recurso pedagógico para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual / Wandra Laurentino da Silva Pinheiro.  
- 2024.

25 p.

Digitado. Monografia (Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2024. "Orientação : Profa. Dra. Fabiola Monica da Silva Gonçalves , Departamento de Educação - CEDUC. "

1. Educação inclusiva. 2. Arte. 3. Deficiência intelectual . I.  
Título

21. ed. CDD 371.9

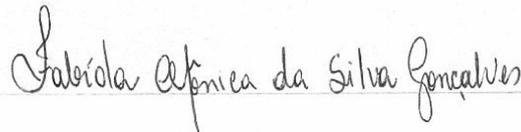
WANDRA LAURENTINO DA SILVA PINHEIRO

O ENSINO DE ARTES COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Trabalho de Conclusão de Curso  
(Artigo) apresentado à  
Coordenação do Curso de Pós-  
Graduação em Educação  
Especial na Perspectiva da  
Educação Inclusiva da  
Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de especialista  
em Educação Especial na  
Perspectiva da Educação  
Inclusiva.  
Área de concentração: Educação

Aprovada em: 12/11/2024

**BANCA EXAMINADORA**



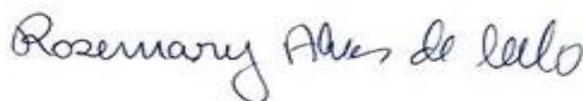
---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabíola Mônica da Silva Gonçalves  
(Orientadora) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** MAGNOLIA DE LIMA SOUSA TARGINO  
Data: 21/11/2024 17:48:52-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> MSc. Magnólia de Lima Sousa  
Targino Universidade Estadual da  
Paraíba (UEPB)



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosemary Alves de Melo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem.”

Paulo Freire

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 INCLUSÃO.....	7
2.1 Deficiência intelectual e arte educação .....	11
3 RECURSOS E ADAPTAÇÕES EM ARTES VISUAIS .....	12
4 MÉTODO .....	13
4.1 Tipo, natureza e delineamento técnico da pesquisa .....	13
4.2 Procedimento de construção dos dados .....	14
4.3 Procedimento de análise dos dados .....	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	15
REFERÊNCIAS .....	16

## O ENSINO DE ARTES COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Wandra Laurentino da Silva Pinheiro<sup>1</sup>

### RESUMO

Na esfera da escola especial, observa-se que os estudantes que possuem deficiência intelectual exibem grande dificuldade no processo de aprendizagem, sobretudo na fixação dos conteúdos abstratos ou ainda na memorização imediata. O trabalho com a arte na educação pode se apresentar como uma das possibilidades de trabalho na perspectiva da superação da formação unilateral, ao aliar o desenvolvimento do conhecimento inteligível ao saber sensível. As inquietações aqui presentes ressaltam a importância da arte e da educação inclusiva para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, assim é fundamental continuar pesquisando e desenvolvendo práticas eficazes para garantir a inclusão e o sucesso de todos os alunos. Esta pesquisa surge da seguinte questão: como o ensino da Arte pode colaborar para fazer o diferencial no processo de aprendizagem, perante as dificuldades e limitações dos estudantes com deficiência intelectual? Dessa forma, objetivou-se, com este estudo, destacar a importância do ensino da Arte no desenvolvimento humano e da aprendizagem dos educandos com deficiência intelectual. A metodologia utilizada é uma pesquisa descritiva qualitativa, de cunho bibliográfico, em que foram feitas pesquisas em livros e artigos que tratam do tema em questão para embasar as ideias apresentadas neste trabalho.

**Palavras-chave:** educação inclusiva; arte; deficiência intelectual

### ABSTRACT

In the sphere of special schools, it has been observed that students with intellectual disabilities have great difficulty in the learning process, especially in retaining abstract content or in immediate memorization. Working with art in education could be one of the possibilities for overcoming unilateral education by combining the development of intelligible knowledge with sensitive knowledge. The concerns raised here highlight the importance of art and inclusive education in promoting equal opportunities and respect for diversity, so it is essential to continue researching and developing effective practices to ensure the inclusion and success of all students. This research arises from the following question: how can art teaching help to make a difference in the learning process, given the difficulties and limitations of students with intellectual disabilities? The aim of this study was to highlight the importance of art teaching in the human development and learning of students with intellectual disabilities. The methodology used is a qualitative descriptive bibliographic study, in which research was carried out in books and articles dealing with the subject in question to support the ideas presented in this work.

**Keywords:** inclusive education; art; intellectual disability.

---

<sup>1</sup> Graduada em licenciatura plena em Ciências Agrárias pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: wandra\_ls@hotmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Na esfera da escola especial, observa-se que os estudantes que possuem deficiência intelectual exibem grande dificuldade no processo de aprendizagem, sobretudo a fixação dos conteúdos abstratos ou ainda a memorização imediata. Assim sendo, os estudantes enfrentam alguns desafios no desenvolvimento escolar, como desmotivação e dificuldades de aprendizagem e expectativas de avanço educacional restritas.

Esse fato causa preocupação no que condiz à aprendizagem escolar, por conhecer os mecanismos de funcionamento da memória e a forma como o deficiente intelectual aprende e se desenvolve, com o intuito de buscar meios que facilitem a apropriação do conhecimento. Diante dessa problemática, esta pesquisa surge da seguinte questão: como o ensino da Arte pode colaborar para fazer o diferencial no processo de aprendizagem, diante das dificuldades e limitações dos estudantes com deficiência intelectual?

Nesse ínterim, a Arte é ressaltada nesse processo, pois pode beneficiar e responder às necessidades do aluno com deficiência intelectual, por meio de propostas metodológicas através da Arte. Com isso, pode promover a construção de práticas educativas que permitam a diversificação e a extensão do alcance da ação pedagógica, sugerindo circunstâncias específicas e medidas que envolvam a superação das limitações, considerando as probabilidades e potencialidades como condição para o desenvolvimento da aprendizagem.

O ensino de Arte possui um grande potencial na educação especial, por trabalhar com múltiplas inteligências, assim como é um elo entre as outras disciplinas. Dessa forma, o ensino da Arte é um instrumento importante no processo de ensino aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual, pois trabalha com diversas áreas, por exemplo: a música, a dança, o desenho, o teatro, entre outras, que permitem a utilização dessas múltiplas inteligências (Tajes; Marinho, 2021). Além disso, a Arte trabalha diversas áreas do desenvolvimento humano, tais como: motor, sensorial e cognitivo, sendo uma disciplina estimada interdisciplinar, podendo ser trabalhada em todas as outras disciplinas.

A Arte no segmento do Ensino Fundamental de nove anos, no documento citado, está incluída como componente curricular obrigatório na área de conhecimento denominada Linguagens, que abarca outros componentes: língua portuguesa; língua materna, para populações indígenas; língua estrangeira moderna e educação física. Em relação à música, o documento traz que “a música constitui conteúdo curricular obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro e a dança” (Brasil, 2013, p. 114).

Portanto, acredita-se que envolver a Arte como uma sugestão a ser trabalhada na educação especial exige mais que desafios, já que implantar a Arte, em suas diferentes aparições e modalidades, é uma proposta para potencializar as habilidades do educando para que ele possa se relacionar com os demais colegas e expressar-se, respeitando a diversidade e os limites da aprendizagem de cada educando, bem como superar as barreiras do aprendizado.

Este estudo tem por objetivo investigar a importância do ensino da Arte no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Como objetivos específicos, este trabalho visa à importância do ensino da Arte no contexto escolar; observar, a partir de estudos publicados nessa área, como a inclusão tem sido desenvolvida no espaço regular de ensino, refletir acerca das

abordagens e as tendências do ensino da Arte no processo de aprendizagem no contexto na educação inclusiva.

Nesta direção, a metodologia utilizada é uma pesquisa descritiva, qualitativa, de cunho exclusivamente bibliográfico, onde foram feitas pesquisas em livros e artigos que tratam do tema em questão para que possa embasar as ideias apresentadas neste trabalho, tendo como abrangência a educação, mais especificamente a especial, e a arte como ensino pedagógico.

## 2 INCLUSÃO

A educação inclusiva surgiu a partir de muitas lutas e ganhou força com a Declaração de Salamanca (1994), a aprovação da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, bem como o surgimento de organizações e leis favoráveis à pessoa com deficiência e da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), a Política Nacional de Educação Inclusiva (2008) e a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91). Sendo assim, entende-se por educação inclusiva, segundo Mrech (2010), o processo de transformação da educação que visa garantir a igualdade de oportunidades e o acesso ao conhecimento para todos os alunos, independentemente de suas diferenças, necessidades ou características.

Além da conquista da educação inclusiva, outro marco importante, que vale ser destacado, é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Criado em 09 de outubro de 2000, com a denominação de Estatuto do Portador de Necessidades Especiais (PL nº 3.638/2000), foi uma iniciativa do então deputado federal Paulo Paim, que visava ao resumo, à regulamentação e ao aprimoramento de todas as leis, decretos e portarias voltados para o atendimento da pessoa com deficiência. Em fevereiro de 2003, o projeto foi amplamente reestruturado e reeditado no Senado Federal, com a denominação de Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (PLS 06). Em outubro do mesmo ano, foi novamente alterado e recebeu a contribuição de técnicos, professores, familiares, profissionais da área e pessoas com deficiência, que incluíram questões relevantes para o segmento, sendo então constituído como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL 429), que se efetivou enquanto Estatuto a partir da Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A nova legislação, que tem como princípios a inclusão social e a cidadania, traz avanços importantes, como está previsto em seu art. 1º:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência está dividido em três grandes partes: a primeira trata das disposições gerais e dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, como educação, transporte, moradia e saúde. Destacam-se alguns artigos como:

Art. 18. Acesso universal e igualitário à saúde para as pessoas com deficiência, por meio do SUS, com informações adequadas e acessíveis sobre as condições de saúde.  
[...]

Art. 28. [...] XIII Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.

[...]

Art. 46. O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

A segunda parte fala sobre acessibilidade e ciência e tecnologia, tratando do acesso à informação e à comunicação, assim como do uso de tecnologias assistidas. Alguns artigos importantes são:

Art. 67. A oferta de recursos de audiodescrição, legendagem e janela de Libras nas produções audiovisuais.

[...]

Art. 77. § 3º O fomento do poder público ao desenvolvimento de tecnologias assistidas e sociais para aumentar a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

A terceira parte endereça o acesso à justiça e o que acontece com quem infringe as demais exigências. É importante destacar que ela não exclui as leis existentes que tratam do assunto, mas vem para aprimorá-las.

A Constituição Federal brasileira discorre, em seus art. 227 §1º, 2º, e 224, sobre acessibilidade:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Dessa forma, podemos entender a acessibilidade como um conjunto de medidas sociais e políticas aptas a destruir as barreiras que impossibilitam as pessoas com deficiência de exercerem sua plena cidadania com a mesma igualdade de oportunidade, desfrutando de suas potencialidades. É fundamental para a proteção dos direitos das crianças, adolescentes e jovens no Brasil, enfatizando a responsabilidade compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado.

Na perspectiva da educação inclusiva, o foco não é deficiência do aluno e sim os espaços, os ambientes, os recursos, que devem ser acessíveis e responder à especificidade de cada aluno. Portanto, a acessibilidade dos materiais pedagógicos, arquitetônicos e nas comunicações, bem como o investimento no desenvolvimento profissional, criam condições que assegurem a participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Vivemos um tempo de transformação de referenciais curriculares, que indicam que não cabe ao aluno se adaptar à escola tal como foi construída; a escola é que deve se reconstruir para atender a toda a sua comunidade, da qual fazem parte pessoas com e sem deficiência. Portanto, são necessárias as adaptações nos espaços e nos recursos e, principalmente, uma mudança de atitude, o que já reflete a concepção de desenho universal, não só na estrutura

física das escolas, como também no desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem e nas relações humanas (Brasil, 2018).

A educação inclusiva, como o próprio nome já sugere, de acordo com os apontamentos de Soldera (2012) e Ferreira (2010), significa incluir alunos com necessidades especiais nas salas de ensino regular e buscar atender às suas necessidades educativas em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos.

O debate sobre a inclusão é relevante para a reflexão da democratização contemporânea, o que é postulado por Silva (2014, s.p.):

A inclusão social das pessoas com necessidades especiais representa uma medida que objetiva principalmente a construção de um novo modelo de sociedade, onde todos, independentemente de suas diferenças de origens, raça, credo, orientação sexual, etc., deverão ser respeitados e também deverão ser aceitos, para que a sociedade veja como de fato foi proposto quando se pensou em uma constituição de princípios, diretrizes e valores.

Sassaki (2006) define o aluno com necessidades educativas especiais como aquela pessoa que tem algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva e/ou múltipla, ocasionada por fatores congênitos ou adquiridos, de caráter permanente, que comprometa sua interação com o meio físico e social, necessitando de recursos especializados para o seu desenvolvimento pleno e minimizando suas dificuldades.

De acordo com Sassaki (2006), a educação especial, ao longo da história, passou por quatro fases importantes: exclusão, segregação, integração e inclusão. Na fase da exclusão, a sociedade ignorava as pessoas com deficiência, rejeitando-as, perseguindo, explorando e desvalorizando sua capacidade. Na fase da segregação, as pessoas com necessidades educativas especiais eram excluídas da família e da sociedade, sendo atendidas por instituições filantrópicas ou religiosas, com pouca ou nenhuma qualidade do atendimento. Foi nessa fase que começou o entendimento da sociedade para admitir que as pessoas com necessidades educativas especiais podiam receber escolarização, além de um treinamento profissional.

Na fase de integração, surgiram as primeiras classes especiais para as crianças deficientes em escolas comuns, não visando à sua integração no ensino regular, mas para melhor comodidade da escola e dos professores, garantindo que esses alunos não impediriam o ensino das crianças ditas “normais”. Assim, para que houvesse participação plena e oportunidades iguais para os deficientes na sociedade, seria necessário que estes se adaptassem à escola, não o contrário (Sassaki, 2006).

Nessa mesma perspectiva, Mazzotta (1982) afirma que “a educação especial está baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos, por mais acentuadas que sejam” (Mazzotta, 1982, p. 10).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394), promulgada em 1996, afiançou nova forma de atendimento aos alunos da educação especial, que passou a ser entendida como “[...] modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (Brasil, 1996).

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, garante o

atendimento às pessoas com deficiência na rede regular de ensino (Brasil, 1988). A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, no item sobre Educação, oferta a obrigatoriedade da educação especial gratuita em estabelecimentos públicos de ensino (Brasil, 1989).

No entanto, foi a partir de 1990 que alguns fatores foram fundamentais para as definições das políticas de inclusão pelo mundo: a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). Já no Brasil, a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) determina que os sistemas de ensino ofereçam as condições para atender às necessidades dos alunos com deficiências; e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, define a existência da educação especial transversal, contemplando o ensino em todos os níveis (Brasil, 1996, 1999; Soldara, 2012).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) é clara na afirmativa de que a educação é um direito de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sociais e culturais, e que ela seja de qualidade, favorecendo a educação social do indivíduo. Enquanto a Declaração de Salamanca (1994) frisa que o direito ao acesso à escola regular abre um leque de orientações quanto à postura e às atitudes que combatem a discriminação e o preconceito de alunos com necessidades especiais.

Ainda de acordo com a Declaração de Salamanca (1994), a escola inclusiva, sempre que possível, é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando a todos uma educação de qualidade. Isso significa que a criança com deficiência, ao fazer parte de uma instituição de ensino, deve ser ensinada como as ditas “aptas” para um aprendizado normal, ou seja, ela deve participar da vida escolar e social da comunidade escolar.

Com a Declaração de Salamanca, os modelos educacionais para educação inclusiva e especial já apresentados e as novas metodologias de ensino ganharam apoio, dando possibilidade a novas conversas e políticas públicas educacionais que favorecessem o processo de ensino-aprendizagem de crianças com deficiências. No Brasil, a política pública de educação voltada para a educação especial vem sendo produzida e constitucionalizada conforme as necessidades e os estudos voltados para as crianças com deficiência. Por vez, o Decreto nº 7.611/2011, do Conselho Nacional de Educação (CNE) (Brasil, 2011) delibera que:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o *caput* serão denominados atendimentos educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas.

I - Complementar à formação dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou,

II – Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011, p. 51).

## 2.1 Deficiência intelectual e arte educação

A expressão “deficiência intelectual” começou a ser usada oficialmente em 1995, quando a Organização das Nações Unidas e o *The National Institute of Child Health and Human Development*, *The Joseph P. Kennedy, Jr. Foundation* e *The 1995 Special Olympics World Games*, realizaram, na cidade de Nova York, o simpósio *Intellectual disability: Programs, Policies, and Planning for the Future* (Deficiência Intelectual: Programas, Políticas e Planejamento para o Futuro). De acordo com Sasaki (2005), a substituição da expressão “mental” por “intelectual” teve como objetivo diferenciar a deficiência intelectual dos quadros de doença mental.

A criança com deficiência intelectual, para Diniz (2022), perpassa por desafios diários de como aprender de forma significativa. Dessa forma, na busca de compreender suas necessidades de aprendizagem, tornou-se importante conhecer os desafios que a educação especial tem na construção de suas afirmações como políticas públicas educacionais e metodologias de ensino para a criança com a deficiência intelectual. Nesse aspecto, o caminho da escrita perpassa pelo sistema de políticas públicas, o qual homologa a educação especial como obrigatória a todas as crianças com as mais diferentes deficiências, assim como permite a soma de diferentes diretrizes de ensino da arte.

Para Vygotsky (2010), o conceito de norma está entre as concepções científicas de mais difícil compreensão, pois não existe uma norma resolvida, mas diferentes variações, desvios da norma e, recorrentemente, torna-se complicado identificar em que o desvio extrapola as fronteiras do que é considerado normal, aceitável.

Dessa forma, quando a criança utiliza materiais e técnicas plásticas, tem a possibilidade de melhor se expressar, desenvolvendo a “capacidade perceptiva dos seus sentidos, aprendendo a trabalhar com os seus sentimentos e emoções, assim como com situações externas, numa crescente interação” (Mendonça, 2014, p. 59).

Nesse contexto, assegura que as experiências vividas por uma criança exercem influência sobre ela. “Assim, cada vez que a criança vivencia momentos de interação, conhece também outras maneiras de agir, de resolver problemas, de refletir, o que contribuirá para o desenvolvimento dos pensamentos das mesmas” (Micheletto, 2009, p. 23).

Segundo Buoro (2022), as atividades artísticas podem melhorar a autoestima e facilitar a capacidade de se relacionar, ressaltando a importância das interações como importante vetor no desenvolvimento humano como um todo. Para o professor, a arte tem o importante papel na formação desses indivíduos. As ações dos professores em um ambiente inclusivo, nas salas de aula comum ou em momentos de apoio ao estudante com deficiência intelectual são resultantes de suas atividades mediadas durante sua formação e suas práticas docentes.

De acordo com Reily (1986), citado por Micheletto (2009, p. 23), na aula de Arte, essa interação acontece de forma natural, pois:

As crianças se encontram em um ambiente alegre e descontraído que as levam a vivenciar experiências necessárias para o seu crescimento desenvolvimento. Por meio de diferentes atividades e materiais, as crianças conversam e são ouvidas, conhecem e sentem diferentes texturas, cores, formas e ritmos. Estes momentos de livre expressão podem permitir situações de segurança, favorecer o desenvolvimento

das crianças e constituir em momentos importantes para a socialização e aprendizagem escolar.

### 3 RECURSOS E ADAPTAÇÕES EM ARTES VISUAIS

A Arte pode ser compreendida como uma forma de sentir, pensar, interpretar, e apresentar percepções de um mundo cultural, articulando os conhecimentos estéticos e artísticos que fazem parte do ensino de Arte. De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (DCEs), a Arte pode ser definida como:

[...] a fonte de humanização onde por meio dela o ser humano se torna consciente da sua existência individual e social; percebe-se e se interroga, èlevado a interpretar o mundo e a si mesmo. A Arte ensina a desapegar dos princípios das obviedades atribuídas aos objetos e às coisas, è desafiadora, expõe contradições, emoções e os sentidos de suas construções. Por isso, o ensino da Arte deve interferir e expandir os sentidos, a visão de mundo, aguçar o espírito crítico, de forma que os alunos possam se situar como sujeitos de sua própria realidade histórica (Paraná, 2008, p.56).

A arte não está relacionada somente com a estética, mas também com a criatividade dos seres humanos, o que promove o desenvolvimento e a capacidade de criar suas próprias conclusões. Ensinar Arte deve estar pautado na ideia de oferecer aos alunos inclusive a oportunidade de expor seus pensamentos e sentimentos por intermédio dela, além de se relacionar com o mundo e com o outro através de uma aprendizagem colaborativa. As adaptações de materiais para alunos com necessidades especiais devem ser elaboradas conforme a necessidade de cada aluno; deve-se analisar as limitações do aluno e criar um conteúdo adequado. Dessa forma, este educando aprende e interage com a turma, sentindo-se inclusive, também, socialmente.

Uma das maiores contribuições de Vigotski (2014), principalmente para a educação inclusiva, foi a relação entre desenvolvimento, aprendizagem e formação das funções psicológicas superiores, entre as quais estão criatividade, imaginação, linguagem e afetividade. Assim sendo, o psiquismo humano se desenvolve nos vínculos estabelecidos, decorrente das trocas de vivências, que podem ser reinventadas por meio da intervenção pedagógica e colaborar na formação de novos conhecimentos para o aluno da educação especial.

Weber (2017, p. 5), com a finalidade de descrever os recursos e modos de adequação efetivadas na disciplina de Arte, assinala o ensino da Arte como “meio para o desenvolvimento do ser humano socialmente, afetivamente e no aspecto psicomotor, pois, através da Arte, o aluno terá a oportunidade de desenvolver-se dentro de suas possibilidades” Assim, o aluno mostra a si mesmo que è capaz e o processo de ensino e aprendizagem se torna mais eficaz, além de proporcionar a integração e o desenvolvimento humano. Nesse ínterim, a atividade artística è um dos modos de a criança referir-se às alegrias e tristezas, revelar suas emoções e exercer seu pensamento. Assim, a arte possibilita à criança portadora de necessidades especiais: brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir criações musicais e perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos — por intermédio de improvisações, composições e interpretações do mundo que a rodeia.

O professor, ao propor trabalhar com artes, visa desenvolver a superação

das limitações, considerando as possibilidades e potencialidades de cada aluno com DI. Em outras palavras, “podemos dizer que o deficiente intelectual não deve ser considerado como incapaz, não deve entregar-se às suas limitações, pois existem possibilidades compensatórias para o seu desenvolvimento no contexto de suas interações sociais, culturais e educacionais” (Matera; Leal, 2016, p. 5).

Nesse processo, pode-se observar a arte dentro do processo de ensino-aprendizagem da criança com deficiência intelectual, que ocorre por meio da resignificação das imagens cotidianas transcritas no desenho. Nesse percurso, surgem práticas educacionais que envolvem o desenho, exercendo amplo papel integrador, em que o desafio do “ato de ensinar e aprender só serão possíveis se as diferenças individuais forem respeitadas e valorizadas na busca de corresponder às necessidades, com atividades interessantes, estimulantes e desafiadoras para que ocorra a construção do conhecimento no processo inclusivo” (Matera; Leal, 2016, p. 05). Nesse sentido, a arte terá um papel de suma importância na formação como apoio ao aluno com deficiência intelectual.

A partir da inferência de que a arte dentro do espaço escolar contribui para o progresso do aluno como sujeito social, ela permite a relação entre a rotina do aluno e a identidade simbólica que este tem diante do coletivo. Na educação especial, a arte é vista com meio de interatividade entre o sujeito e o processo educacional de cada um, no qual a liberdade e a forma de expressão e criação permitem, por meio de explicações, a construção de um conhecimento significativo. Ou seja, as atividades artísticas são planejadas para a superação dos limites apresentados pela deficiência de cada criança.

Portanto, partimos do pressuposto de que os estudantes da educação especial podem se beneficiar do ensino de Artes que ocorra em ambientes integrados. Isso constituiria um processo dinâmico e flexível, com o propósito de ultrapassar a integração e a interação na aprendizagem do contexto inclusivo, conforme indicamos a seguir, com base na discussão da literatura consultada.

## **4 MÉTODO**

### **4.1 Tipo, natureza e delineamento técnico da pesquisa**

Em relação aos procedimentos técnicos, foi utilizada inicialmente a pesquisa bibliográfica para a escrita e o conhecimento do tema estudado. Dessa forma, este estudo tem, por base o processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência fundamentado na Teoria Histórico-Cultural, bem como em Silva (2014) e Weber (2017), entre outros teóricos que abordaram o referido tema. Ainda conforme os procedimentos técnicos, esta pesquisa também é um estudo de caso, que, segundo Gil (2007, p. 54):

[...] pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe.

Ou seja, a metodologia da pesquisa pode ser entendida, numa perspectiva mais ampla, como um caminho escolhido para alcançar os objetivos preestabelecidos na elaboração do projeto de pesquisa.

Dessa forma, este trabalho é uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico, em que foram feitas pesquisas em livros e artigos que tratam do tema em questão para que possa embasar as ideias nele apresentados.

#### 4.2 Procedimento de construção dos dados

Para ilustração do elenco das fontes examinadas e incorporadas no levantamento bibliográfico realizado, a fim de servirem de base para a sistematização dos resultados e análises realizadas, vejamos o quadro a seguir.

Quadro 1 Fontes utilizadas na construção da pesquisa bibliográfica

<b>Autor (ano)</b>	<b>Conceito/Tema adotado na pesquisa em destaque</b>
Vigotski (2014)	Foi incorporado/adotado o conceito de defectologia, porque aborda a noção de imaginação e criatividade na infância.
Sasaki (2006)	Foi incorporado/adotado o aluno com necessidades educativas especiais, construindo uma sociedade para todos.
Micheletto (2009)	Foi incorporado/adotado o conceito de vivências, porque assegura que as experiências vividas por uma criança exercem influência sobre ela.
Weber (2017)	Foi incorporado/adotado o conceito de adequação, efetivada na disciplina de Arte como “meio para o desenvolvimento do ser humano socialmente, afetivamente e no aspecto psicomotor”.
Brasil (2013)	Foi incorporado/adotado o conceito do componente curricular Arte, o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro e a dança.
Diniz (2022)	Foi incorporado/adotado o conceito de desafios diários. Dessa forma, em busca de compreender suas necessidades de aprendizagem, tornou-se importante conhecer os desafios da Educação Especial.
Buoro (2022)	Foi incorporado/adotado o conceito de atividades artísticas como melhorar a autoestima e facilitar a capacidade de se relacionar, ressaltando a importância das interações como importante vetor no desenvolvimento humano como um todo.
Matera e Leal (2016)	Foi incorporado/adotado o conceito de desafios, porque o ato de ensinar e aprender só serão possíveis se as diferenças individuais forem respeitadas e valorizadas na busca de corresponder as necessidades, com atividades interessantes, estimulantes e desafiadoras para que ocorra a construção do conhecimento no processo inclusivo.
Merch (2010)	Foi incorporado/adotado o conceito de formação docente: capacitar professores para atender diversidade, incorporar conteúdo relevante e significativo.

#### 4.3 Procedimento de análise dos dados

Segundo sinaliza Minayo (2011), a metodologia da pesquisa é o “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Ou seja, é o caminho percorrido pelo pesquisador, que busca compreender qual a relação entre o objeto de pesquisa e o sujeito (indivíduo), analisando os problemas visualizados no decorrer do estudo e quais suas aplicações em meio às alterações do ambiente.

A palavra “método” deriva do latim *methodus* e do grego *methodos*, que significa “o caminho através do qual se procura chegar a algo ou um modo de fazer algo”. Nesse sentido, Turato afirma que:

[...] o método científico é o modo pelo qual os estudiosos constroem seus conhecimentos no campo da ciência, sendo compreensível que, na realidade, o método seja basicamente (filosoficamente) único para todos os saberes (Turato, 2003, p. 149).

A partir das considerações de Minayo (2011), foi realizado o recorte temático do material bibliográfico analisado neste estudo, conforme pode ser observado no Quadro 1 disposto acima. Com isso, partiu-se para as aproximações dos conceitos explorados, elaborando a divisão das seções do trabalho, seguidos da descrição e da discussão temática.

Minayo (2011) é uma referência importante em métodos de pesquisa qualitativa, e o estudo em questão parece seguir uma abordagem sistemática e estruturada, recorte temático, com seleção de temas relevantes do material bibliográfico, elaboração de seções, organização do trabalho em seções baseadas nos temas identificados, descrição e discussão temática, bem como análise detalhada dos temas, conectando-os à literatura e ao contexto.

Ou seja, a metodologia da pesquisa pode ser entendida, numa perspectiva mais ampla, como um caminho escolhido para alcançar os objetivos preestabelecidos na elaboração do projeto de pesquisa.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa sobre deficiência intelectual, arte e educação revelou a importância da inclusão e do acesso à educação de qualidade para todos. A arte surge, portanto, como uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de alunos com deficiência intelectual.

A arte é uma linguagem universal, que pode transcender barreiras cognitivas e comunicativas. A educação inclusiva é fundamental para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, com isso a arte pode ser adaptada às necessidades individuais, tornando-se uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento de habilidades.

Para isso, a formação de professores é essencial para garantir a eficácia da educação inclusiva, assim como a colaboração entre família, escola e comunidade é fundamental para o sucesso da inclusão.

A escola inclusiva, nessa perspectiva, deve ser o lugar que agrega e compartilha experiências no processo de ensino-aprendizagem, que comporta e entende diferenças, sendo capaz de conduzir a um objetivo comum: a construção do conhecimento. De modo geral, o conceito estabelecido sobre a inclusão considera que todos os cidadãos estejam regularmente matriculados nas escolas de ensino regular e que essas escolas ofereçam condições para a pessoa com necessidade educacional especial. Apesar disso, podemos afirmar que ainda falta muito a ser feito para que seus direitos sejam efetivados, pois são necessários mais recursos, planejamentos e políticas públicas eficazes para a efetivação desses direitos.

Em se tratando de metodologia no ensino de Artes, para que se faça um ensino de qualidade, é necessário que se desenvolvam métodos para sua aplicação, uma vez que o método utilizado no desenvolvimento do conhecimento

do aluno pode ou não fazer com que este entenda o que, de fato, é o ensino das Artes.

Dessa forma, cabe implementar programas de artes adaptados para alunos com deficiência intelectual, promover a formação contínua de professores em educação especial e desenvolver materiais e recursos acessíveis para alunos com deficiência. Ademais, fomentar a colaboração entre escola, família e comunidade, e realizar pesquisas adicionais para aprimorar as práticas educacionais inclusivas.

Todas as ideias lançadas pelos autores sobre o ensino das Artes descritas anteriormente contribuíram para o ensejo do que se conhece como arte-educação. Além das concepções teóricas abordadas por autores que estudam o ensino de Artes, outros fatores são julgados relevantes para que esse ensino aconteça, como as ações metodológicas de ensino que direcionam o ato de fazer, aprender e ensinar Artes no ambiente educacional.

Algumas implicações são ditas, como melhoria da qualidade de vida dos alunos com deficiência intelectual, promoção da inclusão e respeito à diversidade, desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, fortalecimento da autoestima e confiança, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária.

Como perspectivas futuras, propomos estudos longitudinais sobre o impacto da arte na educação inclusiva, desenvolvimento de tecnologias acessíveis para alunos com deficiência e criação de políticas públicas para apoio à educação inclusiva.

Sendo assim, estas considerações finais ressaltam a importância da arte e da educação inclusiva para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. É fundamental continuar pesquisando e desenvolvendo práticas eficazes para garantir a inclusão e o sucesso de todos os alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte**. Ed. MEC/SEF, Brasília, DF. v. 6. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf). Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Arte**. Ed. MEC/SEF, Brasília, DF, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/arte.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais:**

adaptações curriculares. Ed. MEC/SEF, Brasília, DF, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Como está sendo feita a inclusão de alunos com deficiência que nunca tiveram contato com as classes regulares?** É necessário algum tipo de adaptação? Ministério da Educação, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/112-como-esta-sendo-feita-a-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-que-nunca-tiveram-contato-com-as-classes-regulares-e-necessario-algum-tipo-de-adaptacao>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999. Não paginado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm). Acesso em: 16 out. 2018.

BRITO, F. B de; UJIE, N. T. Ensino da Arte em perspectiva inclusiva: Ação pedagógica com enfoque na deficiência intelectual. 2015. Disponível em: [www.psicopedagogia.com.br/new1\\_artigo.asp?entrid=1836#.V10CjigLNP](http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrid=1836#.V10CjigLNP). Acesso em: 15 maio 2017.

FERREIRA, A. **Arte, escola e inclusão**: atividades artísticas para trabalhar com diferentes grupos. Petrópolis: Vozes, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDONÇA, S. O papel das artes visuais no processo de inclusão de alunos com NEE. Dissertação (Mestrado - Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa. 2014. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6468/1/SandraMendon%C3%A7a.pdf.2014>. Acesso em: 25 abr. 2018.

MICHELETTO, F. S. M. **Ensino de arte para alunos com deficiência**: relato dos professores. Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2009.

MRECH, R. C. **Educação inclusiva**: um desafio para a sociedade brasileira. São Paulo: Cortez, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Departamento de Educação Básica. Curitiba, 2008.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre a deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, Ano 5, p. 6-9, 2003. Disponível em: [www.planetaeducacao.com.br](http://www.planetaeducacao.com.br). Acesso em: 05 mar. 2024.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SASSAKI, R. K. Deficiência Intelectual e Inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, Ano X, n. 54, p. 8-11, jan./fev. 2007. Disponível em: [www.planetaeducacao.com.br](http://www.planetaeducacao.com.br). Acesso em: 05 mar. 2024.

SOLDERA, D. Possibilidades de pesquisa em artes visuais com deficientes visuais. *In*: V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ARTE E CULTURA VISUAL. Ed. UFG, Goiânia. **Anais** [...]. 2012. Disponível em: [https://seminarioculturavisual.fav.ufg.br/up/778/o/2012-106\\_Possibilidades\\_de\\_pesquisas.pdf](https://seminarioculturavisual.fav.ufg.br/up/778/o/2012-106_Possibilidades_de_pesquisas.pdf). Acesso em: 16 out. 2018